

A EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

Presidente da Casa da Moeda do Brasil

Relendo os discursos parlamentares do grande Gilberto Amado, encontro duas passagens que induzem a melhor reflexão sobre a grave questão educacional brasileira. A primeira, está no discurso sobre "Instituições Políticas e o Meio Social no Brasil", pronunciado na sessão de 11 de dezembro de 1916, do seguinte teor:

a ação política em nosso País não pode deixar de exercer-se senão através de homens bens intencionados, que possam suprir, pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo - no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improficuas - as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem.

A segunda, está no discurso sobre "A revolução de São Paulo", proferido na sessão de 28 de dezembro de 1924, nos termos que se seguem:

O certo é que em um país de 32 milhões de habitantes o coeficiente de analfabetos é ainda muito avultado, e que as condições especiais da formação política do meio não foram de molde a criar uma vida coletiva unânime, por assim dizer, em que a vontade nacional se exprima pelas massas.

A pregação de Gilberto Amado, no alvorecer das instituições republicanas, tem pleno cabimento agora, tanto tempo passado. O projeto democrático, embutido na floração da Nova República, é mais cultural do que político. De fato, a democracia ou é um valor absorvido pela cultura de um povo, ou está destinada ao mais retumbante fracasso, com freqüentes recaídas autoritárias. É por essa passagem que a educação deve ser prioridade do governo. Uma educação democrática prepara o homem para compreender os problemas de sua sociedade nacional e participar nas decisões do seu destino.

A política de educação deve ser formulada a partir de uma ampla visão do desenvolvimento econômico e social do país.

Os dados hoje disponíveis revelam que o número de analfabetos aumenta substancialmente e a escolaridade geral permanece ainda em nível muito baixo. Levando em consideração a matriz demográfica, que apresenta na última década taxas de fecundidade declinante, poderemos chegar até o ano 2.000 com uma frágil melhoria percentual (de 24% para 22%), o que significa o aumento do número absoluto de analfabetos para 32 milhões, ou seja, 7 milhões a mais que em 1980. Por outro lado, o débil desempenho do sistema educacional anuncia para o ensino de primeiro grau resultados incompatíveis com as reais necessidades do país. Para a população de 15 anos e mais, a proporção de indivíduos com a primeira série completa crescerá de 70,5% em 1980 para apenas 79% na virada do século. O aumento da proporção de pessoas com primeiro grau completo é de apenas 4,2%, atingindo 12,4% no final do século. O cenário nas áreas rurais é ainda mais dramático com o virtual congelamento ao nível de 0,3%. Dessa maneira, as altas taxas de evasão e repetência permanecerão, a desnudar o empobrecimento geral da educação brasileira.

Assustam igualmente os dados relativos à subnutrição e à entrada prematura para a força de trabalho de um enorme contingente da população infantil. A subnutrição, como é sabido, ocasiona acentuada redução da capacidade cognitiva do educando.

As deficiências na base do sistema repercutem intensamente nos segmentos posteriores. Assim, o ensino de segundo grau é um significativo ponto de estrangulamento, sendo o profissionalizante, que veio com a Lei Nº. 5.692/71, mero arremado pela forma inepta com que vem sendo praticado.

A universidade padece de uma aguda crise, revelada ainda recentemente pela manifestação comum de alunos e professores, todos insatisfeitos com a deterioração do ensino ministrado e com a carência de uma adequada infra-estrutura acadêmica, a esmagar o que dela se exige e a submeter o magistério aos baixos salários que percebem.

Para enfrentar esse panorama desolador, severas medidas devem ser adotadas pelo poder público. Ao esforço concentrado para aumentar a disponibilidade de vagas nos primeiro e segundo graus, tornar eficaz o ensino profissionalizante, democratizar a universidade, melhorar as condições de trabalho do pessoal docente, e qualificar o ensino ministrado, deve ser acolchetada a prioridade para a ampliação dos recursos disponíveis.

O governo que quiser resgatar as suas responsabilidades com o futuro do Brasil, deve investir recursos cada vez maiores em educação, a começar pelo rigoroso cumprimento do disposto na Emenda Constitucional N° 24, que obriga a aplicação mínima de 13% para a União, e 25% para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, da receita de impostos, eliminando-se qualquer artifício de computar-se para esse feito rubricas não diretamente ligadas ao setor. Paralelamente, impõe-se a necessária correção dos desperdícios nos investimentos públicos destinados à educação, mediante a coordenação dos vários órgãos da União, dos Estados e dos Municípios. Com tal ação, que implica também a urgente desconcentração de competências, será evitada a realização de investimentos competitivos e a pulverização do dinheiro em inversões de pequeno significado educacional.

Como consta do documento apresentado pelo PMDB ao Presidente eleito Tancredo Neves, a importância social da educação "recomenda o desencadeamento de uma ampla mobilização nacional que permita a toda a sociedade compreender e assumir a relevância política de uma ação renovadora no campo educacional".

CAD

Rio, 12/02/85